

# Um olhar sobre o Método Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos

 Simone C. Rodrigues da Silva \*  
Maria Alice Melo Nunes \*\*

**Resumo:** O artigo objetiva analisar as contribuições e os avanços do Método Paulo Freire no processo de alfabetização e letramento na Educação básica de Jovens e Adultos em Brasília. A metodologia teve enfoque qualitativo pautado na pesquisa bibliográfica, constatando-se no rol da educação, a visão dos autores alunos integrantes da EJA e dos coadjuvantes os atuais professores da alfabetização de adultos na aprendizagem freiriana e tradicional. Verificou-se a relevância de Freire para adoção de recursos pedagógicos para a EJA, como uma metodologia e uma didática que fomenta para uma práxis desencadeada de uma dimensão política, que visa promover a aquisição do letramento, bem como a formação integral de cidadãos críticos capazes de transformar o seu trabalho e a sua história de vida.

**Palavras-chave:** Método Paulo Freire. Educação Libertadora. Alfabetização. Letramento.

### Introdução

A temática foi proposta a partir de uma análise realizada nos métodos utilizados na escola de Alfabetização de Jovens e Adultos em Brasília chamada Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul – Cesas, no Centro de Ensino Fundamental do Lago Norte – Celan e na “Casa Paulo Freire” localizada em São Sebastião, nas quais foi percebida a relevância de Freire na formação desses cidadãos. Partindo dessa abordagem, o artigo versa sobre um ensaio monográfico realizado em 2011, e tem como objetivo analisar as contribuições e os avanços do Método Paulo Freire no processo de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para alcançar os objetivos propostos, teve-se como enfoque conceitual de pesquisa qualitativa o questionário aplicado nas escolas de Brasília, tendo como instrumento metodológico o estudo teórico de cunho bibliográfico, com o intuito de verificar e discutir o método e a didática aplicada na sala de aula, assim como a visão dos educadores e dos educandos diante dessa práxis, identificando os recursos adotados no século XXI para o processo de ensino-aprendizagem nessa educação.

A educação em sua totalidade é um processo que se dá a partir da interação com o outro, seja na família, na escola, no trabalho ou nas ruas. Trata-se de um fenômeno que é construído, por meio das mudanças que a sociedade atravessa, permitindo a formação integral deste indivíduo nos aspectos cognitivo, social, político, cultural e intelectual do ser humano, no intuito de inseri-lo mais facilmente na sociedade, como

---

\* Simone C. Rodrigues da Silva é licenciada em Pedagogia pela Faculdade Fortium (2011), especialista em Metodologia do Ensino Fundamental pela UFG (2012), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Orientação Educacional pela CAAPS (2013) e servidora pública da Secretaria de Educação do DF. E-mail: simonne.conceicao@gmail.com.

\*\* Maria Alice Melo Nunes é mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC (2005). Email: malice-melo@gmail.com.

afirma Ferreira (1999, p. 718), a educação “é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social”.

O ser humano no decorrer desse estágio passa por um processo de aprendizagem, uma vez que, ao mesmo tempo em que está aprendendo, também está a ensinar o outro. Assim, acontece uma relação mútua entre aprender e ensinar, com um significado: educar para a vida. De acordo com Piletti (2006, p. 12), “não há forma única nem um único modelo de educação. Em cada sociedade ou país a educação existe de maneira diferente.” Ou seja, não há uma definição universal para educação, uma vez que essa varia de acordo com o país, a região, a cultura e a religião.

A educação desse ponto de vista é uma ação social, um instrumento de cidadania e formação da identidade do ser humano. Passando a existir, produzir e colher cultura e valores, o educando segue a vida tendo o reconhecimento de mundo através do desenvolvimento de uma consciência crítica.

Entretanto, a expressão “alfabetização de adultos” no campo da educação vai muito além de aprender a ler e escrever. Para que o educando se torne letrado faz-se necessário a interpretação das representações, a leitura, o entendimento, a assimilação e a internalização da mensagem passada, por meio do simbolismo da linguagem, como sustenta Soares (2008, p. 16): “alfabetização é um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito”. A alfabetização é um processo pelo qual, o analfabeto é letrado, por meio da aquisição da leitura e escrita.

É preciso desenvolver no discente a autonomia para se expressar, por meio de uma consciência crítica capaz de ler e compreender o mundo a sua volta, já que a alfabetização é construída com as relações sociais e culturais existentes na sociedade. Dessa forma, esse discente vai saber dar significado à leitura e à escrita desenvolvida, como enfatiza Freire, (2007, p. 23): “A alfabetização se faz, um que fazer global, que envolve os alfabetizandos em suas relações com o mundo e com os outros” Assim, para conduzir esse saber aos adultos é preciso levar em conta o letramento nas interações sociais.

O letramento se faz presente no campo da EJA por meio da alfabetização viabilizada na práxis da leitura e escrita, que capacita o educando para leitura de mundo contextualizada na sua vida social. De acordo com Beauchamp, Pagel e Nascimento (2007, p. 69) “Letramento relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais.” Alfabetização, nesse segmento, consiste em ensinar as letras do alfabeto, bem como a gramática em si, no qual o educando irá desenvolver a habilidade para ler e escrever, enquanto no letramento o professor capacita o discente para a produção da leitura e, conseqüentemente, da escrita.

O educando por meio do letramento consegue codificar e decodificar a linguagem. Desse modo, alfabetização e letramento possuem suas peculiaridades, no entanto são inerentes para a educação de adulto como sustentam, Beauchamp, Pagel e Nascimento citado por Soares (2008, p. 69), “Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”.

O indivíduo, por meio da educação se torna letrado, assim sendo, é capaz de se tornar um ser humano que transforma a sua vida e modifica a sociedade a sua volta. Através da interpretação que faz da vida, o educando passa a ler o mundo compreendendo as suas características que o coloca como um ser social vigente de uma classe oprimida.

Todavia, para que esse processo de alfabetização e letramento aconteça no campo da EJA é importante que haja a adoção de uma ferramenta mediadora da aprendizagem simplificada nos métodos utilizados no contexto escolar. A concepção de método segundo Piletti (2006, p. 102) “(...) é: caminho a seguir para alcançar um fim (...). O método é um caminho que leva até certo ponto, sem ser o veículo de chegada, que é a técnica”.

O método é um caminho que leva o educador à educação integral do alfabetizando, por meio de instrumentos e procedimentos diferenciados. O pedagogo que ensina jovens e adultos com a proposta de Freire desenvolve a alfabetização a partir do sistema silábico, partindo do todo para as partes, a fim de trilhar o caminho que leva o professor a atingir os objetivos propostos, que são alfabetizar e letrar essa clientela de forma libertadora. Porém, vale ressaltar que o método Paulo Freire alfabetiza com o uso das sílabas. A grande inovação do método é o levantamento das palavras geradoras, o que faz com que o processo de aprendizagem caminhe para autonomia do educando, a partir do momento que esse passa a problematizar e criar novos vocabulários.

Assim, ao verificar a necessidade de um estudo mais aprofundado acerca dos métodos utilizados na EJA – como instrumentos de aprendizagem que não levassem o educar a uma formação de analfabetos funcionais –, poder-se-ia perguntar: o uso do método Paulo Freire na Alfabetização de Jovens e Adultos contribui para o processo de ensino e aprendizagem do letramento, assim como para a formação da autonomia, conscientização, transformação e libertação do ser humano?

### **História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1961 - 2010)**

Analisar o olhar do método Paulo Freire para o currículo escolar requer compreender e analisar como foi e como está a Educação básica de Jovens e Adultos no Brasil. O quadro social

irá mostrar que a EJA no país passou por diversas mudanças, para que chegasse a ter um ensino razoável. Uma das primeiras conquistas foi a criação da Lei nº 4.204/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), fruto de uma luta travada por manifestantes que reivindicavam a qualidade do ensino e o acesso universal ao direito de ir à escola, independente de cor, raça, ou condição financeira.

Para Ghiraldelli, (2006, p. 98, 99, 100) “a primeira LDB estabeleceu no projeto original a responsabilidade do poder público de instituir escolas de todos os graus, garantindo a gratuidade imediata do ensino primário. (...) garantindo a família o direito de escolha sobre o tipo de educação”. A LDBEN foi um avanço nas políticas educacionais reivindicada pela população. A partir daquele ano todos tinham o direito de estudar. A Educação de Jovens e Adultos era tomada pela dimensão política educacional com a aprovação de classes especiais para o atendimento desse público; pessoas que não tiveram a oportunidade de iniciar ou finalizar os estudos com a idade conveniente para aquela fase de escolarização.

O aperfeiçoamento do ensino estava longe de chegar, a família tinha em suas mãos a decisão de escolha da melhor educação para o seu filho, porém não tinham condições financeiras para ingressá-lo no ensino privado. Fazia-se necessário o investimento em escolas públicas, para que os pais pudessem colocá-lo lá, sabendo que ali estaria recebendo uma educação exemplar, mas o que se via eram escolas com uma infraestrutura precária, além de faltarem centros de ensino para abrigar todas as crianças, os jovens e os adultos.

Entretanto, a educação básica na EJA ganhou uma nova cara com os movimentos realizados pela prefeitura de Recife, pelos estudantes e bispos do Brasil: Movimento de Cultura Popular (MCP). O professor e escritor Paulo Freire, fazendo parte desse grupo, engajou-se nessa corrente por uma educação emancipadora através do Movimento de Educação de Base (MEB), no qual era representado pela Igreja Católica, o poder do cristianismo para fé e esperança de uma escolarização para as pessoas do meio rural e, por fim, os Centros Populares de Cultura (CPC) liderados pelos estudantes que idealizavam uma formação cidadã. Esses grupos de manifestantes reclamavam pelos direitos e deveres de um povo humilde e trabalhador, que vivia a mercê de um ensino pobre e sem estruturas. Destinados a buscarem uma educação melhor para a alfabetização de adultos, essa ação representava a “cultura popular”, uma ação política pedagógica frente ao Estado.

De acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 217):

Em Brasília, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Alfabetização. (...) No governo de João Goulart a proposta da Comissão de Cultura Popular, criada com o objetivo de implantar o Sistema Paulo Freire e também, o PNA (Plano Nacional de Alfabetização). Este tinha como propósito adotar em todo o país o sistema Paulo Freire, visando estender os benefícios escolares ao maior número de pessoas possível.

A partir da década de 60, o Brasil vive uma nova era. Após quinze anos mergulhados na ditadura, a nação brasileira ia

sobrevivendo ao poder do Regime Militar. Nesse período, o Estado torna oficial o Plano Nacional de Educação (PNE), e em seguida coloca em vigor o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), coordenado por Paulo Freire em 1963, resultado das lutas movidas pelos movimentos que pediam novas propostas pedagógicas, a fim de implementar novas metas no ensino, bem como proporcionar à classe trabalhadora uma oportunidade melhor de vida, por meio de uma escolarização digna.

Suas primeiras experiências educacionais começaram em 1962 em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde trezentos trabalhadores do campo se alfabetizaram em 45 dias. (...) O governo federal interessou-se pelo projeto e pretendia organizar 20 mil “círculos de cultura”, procedimento de seu método de alfabetização, a fim de atingir cerca de dois milhões de adultos por ano. (ARANHA, 2006, p. 336 e 337).

Paulo Freire passou a lutar pelos direitos e deveres de seus estudantes, com a esperança de uma formação para autonomia. Foi ali que percebeu que o ambiente acolhedor da escola representava uma dura jornada para os trabalhadores pobres em tornarem-se letrados, por meio de um método dominante e mecânico. De um pensador nascia a esperança de uma nova linha para Alfabetização na EJA, a “Pedagogia Conscientizadora”. O educando deixava de exercer uma consciência ingênua e era educado para assumir o papel de consciência crítica.

O Governo Militar assume o Estado Brasileiro e Paulo Freire acaba sendo exilado em 1964, o golpe de estado derruba o método Freire dos currículos escolares da EJA. Para suprir a necessidade da população é instituída no país a Lei nº 5.379 em 1967, na qual a EJA é tomada por uma nova corrente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O sistema era uma ação política para reformar o ensino no Brasil, visando domesticar os jovens e adultos para uma formação alienada. Desse modo, não havia uma educação para a criticidade e autonomia do educando.

O Mobral, (...) foi à organização operacional descentralizada, (...) promovendo-as, recrutando analfabetos, (...) uma estrutura (...) com controle doutrinário: descentralização com uma base conservadora para garantir a amplitude do trabalho; centralização dos objetivos políticos e controle vertical pelos supervisores; paralelismo dos recursos e da estrutura institucional, garantindo mobilidade e autonomia. (HADDAD, PIERRO, 2000. sp).

Tratava-se de um novo sistema político que visava metas e princípios para a nova educação brasileira. Dessa forma, adotava-se uma escola que desenvolvia no educando suas habilidades e competências básicas, como o aprimoramento da linguagem oral, da linguagem escrita, bem como se despertava no educando a capacidade para resoluções de cálculos simples realizados no dia a dia. Além disso, trazia em sua ementa a proposta que visava à erradicação do analfabetismo no Brasil, com a previsão de que dentro de uma década não haveria nenhuma pessoa analfabeta.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil cresce no campo educacional com a nova reforma na Constituição.

A LDBEN é reformulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passando a ser fundamentada na Lei nº 5.692/71. Essa legislação classifica que a educação era papel tanto da família como do governo.

Art. 24. a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo em parte; Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional (...). § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos. (BRASIL, 1971).

A EJA ganhou ênfase no ensino. Devido o fato de o acesso à escolarização ficar mais fácil, os trabalhadores e as pessoas iletradas poderiam estudar por meio do supletivo. Um ponto a ser destacado é a questão da implantação do supletivo, que abrangia do primário ao ensino médio e vinha agregado à tecnologia, já que as aulas poderiam ser assistidas, mediante os meios de comunicações como o rádio e a televisão. A inclusão do supletivo na nova reforma da Constituição veio em prol de atender o máximo de pessoas analfabetas e, portanto, a educação tinha o mesmo objetivo do MOBRAF – diminuir o índice de analfabetismo no Brasil. O foco era permitir que o país crescesse no ramo educacional, causando mudanças no quadro político, econômico, cultural e social da nação brasileira.

Apesar dessas mudanças bruscas, a educação básica brasileira era vista como “vergonha nacional”. Em 1996, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é aprovada a então nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Essa Lei foi fruto de uma ação democrática, movida por uma comunidade que gritava por melhorias no ensino.

Art.37. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

As mudanças foram poucas, mas satisfatórias, em relação ao declínio que o Brasil estava atravessando no período da primeira LDBEN. Diante disso, tanto a escola como os exames que devem ser realizados para que o educando obtenha aprovação e adquira o certificado de conclusão de curso são gratuitos a todos, independentemente das classes sociais. A EJA passava, a partir daquele ano, a ser parte viva do ensino básico, que

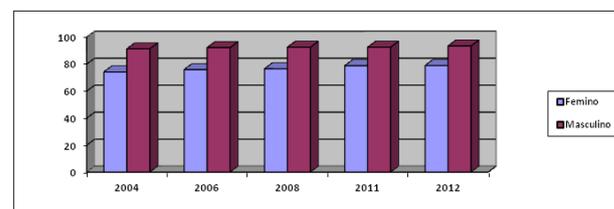
corresponde à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio e agora à Educação de Jovens e Adultos, posteriormente sendo instituído também o Ensino Técnico.

Em 2003, no governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação (MEC), oficializa o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). O projeto é destinado às pessoas que não tiveram a oportunidade de serem letradas sendo ampliado em 2007 o PBA, no intuito de colocar essa educação universal para que todos tenham pleno acesso, bem como para acabar com o grau de analfabetismo em uma década. Essa ação passava, a partir daquele ano de 2007, a ser fundamentada no Brasil.

No entanto, as pesquisas de cunho governamental como o IBGE apresentaram para as entidades políticas o caos que se encontrava o país. O índice de pessoas analfabetas ainda era grande comparado a outros períodos. Diante do quadro, o Estado procurou investir nos municípios, por meio de programas, verbas e ações políticas educacionais. O Programa Brasil Alfabetizado previa em sua ementa uma alfabetização mediada pelas ações voluntárias exercidas pelos docentes, no entanto o governo destina mensalmente uma ajuda de custo para os professores que prestam esse serviço a nação. E, por outro lado, em 2010, o governo instituiu que as pessoas a partir dos dezoito anos – através da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) –, que alcancem a nota mínima poderão adquirir o diploma de conclusão do Ensino Médio.

O Plano Distrital de Educação do Distrito Federal ressaltava que o país apresenta uma demanda para a alfabetização, porém efetuando uma cobertura de apenas 17,6% dessa demanda na área educacional. Esse quadro é insatisfatório, tendo em vista a pequena diminuição no crescimento do nível de analfabetos entre adultos e idosos no Brasil que registrou 24,4% em 2012 para 24,8% em 2011.

**Gráfico 1 – Taxa de alfabetização no Brasil entre pessoas acima de 15 anos**



Fonte: Brasil, 2013, p. 46, apud IBGE - Pnad 2004 a 2012; Elaborado por MEC/Inep/DEED.

A amostragem indica que nos anos de 2011 e 2012 a taxa de alfabetização entre adultos evoluiu significativamente no âmbito educacional, registrando uma média de 78,8% entre o sexo feminino e 93,5% entre o sexo masculino. Isso representa também o fato de que o público masculino tem apresentado uma procura maior para efetivação da matrícula na alfabetização, sendo assim, as pesquisas demonstram que com o passar dos anos a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil cresceu satisfatoriamente, embora ficasse claro que precisam ser feitas algumas mudanças na gestão política e na prática

educacional, com o intuito de melhorar o currículo e mudar a concepção de erradicação do analfabetismo.

A nação caminha, sim, rumo a um futuro globalizado com uma economia e uma educação que trazem oportunidades para os brasileiros, e que levam o Brasil para frente. A alfabetização de adultos, hoje, começa a propiciar meios para que o estudante tenha autonomia para construir o seu saber que esta à disposição da sociedade, formando assim cidadãos críticos capazes de atuar e mudar sua história de vida.

### O que é o método Paulo Freire?

Mas, afinal, qual a relação do método Paulo Freire com a relação entre alfabetização e letramento? Esse método é um instrumento que visa alfabetizar e letrar ao mesmo tempo. E mais, busca a formação integral do educando, ou seja, sensibiliza-o a uma práxis política que os move para a conscientização, na qual, os educandos são alfabetizados para autonomia e são transformados por uma educação libertadora. Como sustenta Freire, (2007, p. 105), esse método “é o procedimento, no qual o educador convida os educandos a conhecer, a desvelar a realidade, de modo crítico”.

Trata-se de uma ferramenta mediadora no ensino e aprendizagem do letramento. O primeiro passo é a descoberta do universo vocabular da turma para que as palavras geradoras estejam ligadas a suas experiências de vida (FREIRE, 1980). Esse método encoraja os educandos para o aprendizado da leitura e escrita, nascido do “universo vocabular do aluno”. Desse modo, se a palavra geradora do dia é “trabalho”, considerando uma sala de aula de adultos, no qual os estudantes sejam pedreiros, cozinheiros, agricultores, donas de casa ou aposentados, o docente adotará os seguintes instrumentos: pá, panela, enxada, equipamentos de trabalho e utensílios domésticos, entre outros; no intuito de alfabetizar esses adultos mediante a sua realidade social, bem como familiarizá-los com a leitura, capacitando-os para ler e interpretar o mundo.

Assim, o método então surge da realidade do aluno e para que a alfabetização ocorra de modo eficaz, faz-se necessário uma investigação junto aos educandos, no intuito de coletar dados sobre a sua vida familiar, profissional, entre outros, que vão auxiliar o educador a construir a aquisição do letramento. Partindo dessa abordagem, é selecionado o conteúdo e a metodologia para trabalhar nesse processo, para que assim a temática passe a ser desenvolvida do contexto à palavra.

O método reconhece a bagagem que o alfabetizando traz consigo, construída no decorrer da sua vida, como afirma Pinto, (2007, p. 61), “o adulto vêm à escola já preparado por uma escola geral, que é a sociedade, o meio onde vivem”. Não é possível conduzi-los ao caminho do saber sem antes traçar o seu perfil, para que a educação seja semeada e cultivada na união entre professor e educando, para que juntos possam construir o conhecimento.

O conhecimento representa o fio condutor desse ensino-aprendizagem e do nascimento das palavras geradoras.

Dessa maneira, o letramento só dá início depois de trabalhar o contexto vocabular do estudante. Segundo Brandão (1981), é a partir do levantamento dessas palavras geradoras que o aluno descobre as pistas para a construção do conhecimento, e então é passado para a fase do aprendizado em grupo diante da realidade social em que se vive.

Todavia, essas palavras são desveladas no círculo de cultura que representa a formação em grupo dos alfabetizando para que, dessa forma, possam realizar a construção do conhecimento mediante a troca de experiências, no qual o professor vai sondando o educando para que possa ir além do seu saber. A metodologia nessa linha torna possível a abordagem de temas interdisciplinares como, por exemplo, a palavra geradora “eleição”, que permite desabrochar no círculo de cultura os problemas de educação, trabalho, etc.. Como afirma Aranha (2006), os círculos de cultura são formados na sala de aula por pequenos grupos, sendo conduzidos por um animador e, assim, diante da apresentação de uma palavra, como “favela”, há o debate entre professor e aluno mediante a problematização da sua própria realidade social.

O círculo de cultura representa um ensino conduzido por desafios, que levam o educando a desvelar a sua história diante dos conflitos apresentados e da problematização realizada com os debates dos temas nascidos da palavra geradora “eleição”. Para Freire (2007), na alfabetização o educador deve problematizar a palavra ao adulto, e ao realizar esta práxis irá levá-lo a desvelar a sua realidade.

Para dar início a esse processo de ensino-aprendizagem, o docente faz a separação da palavra geradora, por exemplo: e-lei-ção. A partir daí é trabalhada a família fonética e a construção “da ficha de descoberta pelo aluno” (FREIRE, 1991, p. 118). Nessa prática, a educadora vai questionando os estudantes para o surgimento de novas palavras, desenvolvendo a construção da alfabetização e do letramento no vínculo dialético.

A relação dialética vivenciada no método conduz o educar de forma mútua entre professor e educando, como sustenta Ghiraldelli (2006, p.110), “ninguém educa ninguém, e também ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. É no bojo dessa comunicação que os jovens e os adultos são alfabetizados por um método político, diante da ação-reflexão-ação, ou seja, em meio à relação entre educador e educando.

### Os princípios norteadores do método Paulo Freire

Compreender os princípios dessa Pedagogia é simbolizar os pilares para a prática educativa, que são: autonomia, conscientização, transformação e libertação.

• **Autonomia:** nasce no desvelar da relação entre teoria e prática, visto que o educador no âmbito educacional deve assumir o papel de pesquisador, para que, desse modo, possa conduzir uma alfabetização para a independência e a libertação do educando, mediante instrumentos e procedimentos diferenciados e adequados ao público adulto, bem como textos que retratem a sua vida sociocultural. Dessa

maneira, a autonomia só é construída quando se há o domínio da teoria por parte do educador. Para Freire (1996, p. 32) “a curiosidade é como inquietação, indagadora, e como inclinação ao desvelamento de algo, (...) Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe impacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos”.

A educação para autonomia deve ser semeada na práxis do pensamento desencadeada por uma ação política que se faz presente na vida do educando, mediada por uma consciência inquieta, insatisfeita, que o indaga para a procura do saber, e sem esse interesse não há aprendizagem. A autonomia no currículo da EJA é fruto da conscientização que nasce das experiências de vida do alunado; a sala de aula passa a vivenciar o processo de alfabetização para a formação, não de dependência, mas de um pesquisador.

• **Conscientização:** não vê a alfabetização de adultos como um simples ato de memorizar ou decodificar palavras. A definição de método nada mais é do que um ato de consciência (FREIRE, 1980). Trata-se de uma metodologia que conduz o educando ao entendimento da palavra, dando um significado a sua história, como enfatiza Freire (1980, p. 26): “quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade. (...) A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, (...) o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”.

A conscientização, assim, conduz a alfabetização de adultos na ação-reflexão-ação. O educando não deve manter-se como um ser que apenas reproduz as palavras, mas como um indivíduo de ação, que passa a agir e pensar criticamente sobre sua condição no mundo, podendo exigir os seus direitos diante da sociedade. Para Freire (1980), educação antes de tudo é conscientização; essa é uma conquista que leva o indivíduo a ser transformado por uma educação emancipadora.

• **Transformação:** remete a uma mudança social e política no indivíduo, fomentada pela ação do pensamento que leva o ser humano a refletir e assumir um novo comportamento, como sustenta Ferreira (1999, p. 87), transformar é “dar forma, feição ou caráter, mudar, alterar, modificar, transfigurar”. Transformados pela educação, os adultos se inserem na busca do saber. Esses são os saberes pedagógicos que culminam no processo de transformação na EJA, da consciência crítica e do reconhecimento da sua presença na terra.

Para Freire (2007), somente os homens e as mulheres detêm a ferramenta para transformar o mundo, produzir cultura e recriá-lo, e assim sendo podem refletir sobre sua condição no mundo mediante a linguagem. De acordo com Freire, os animais são seres apáticos diante da humanidade, enquanto os alfabetizados são seres humanos privilegiados, na medida em que detêm a ferramenta da autonomia, podendo questionar, optar e transformar o mundo, mudando a sua história de trabalho e de vida de forma lenta e gradual. Assim, o ser humano é um agente transformador da sociedade, desencadeado de uma educação libertadora e política.

• **Libertação:** a escola não prega um ensino para domesticar objetos passíveis que nada tem a contribuir para a sociedade, mas visa uma educação que enxerga seu alunado como sujeito, a quem lhe é entregue o papel de protagonista da sua aprendizagem. Como sustenta Freire (2007), a educação para a libertação deve ser um ato de conhecer e um método de ação transformadora, no qual os seres humanos conseguem exercer a realidade. Ou seja, o adulto não é um parasita da aprendizagem que decora o conteúdo, mas sim, o sujeito da ação.

Segundo Gadotti (2002, p. 5), para Freire “o conhecimento não é libertador por si mesmo. Ele precisa estar associado a uma causa. (...) conhecemos para entender o mundo (palavra mundo), (...) e para interpretar e transformar o mundo. (...) Conhecer é descobrir e construir e não copiar.” A educação libertadora, mediante apropriação dos conhecimentos, torna o adulto capaz de ler, interpretar e transformar o mundo. Por meio da palavra, o estudante descobre que pode mudar a sociedade, e que nela pode construir a sua história, e com as próprias mãos.

Para Freire (2007), trata-se de uma ação humanística. Não se trata de um ensino pautado pela demagogia dos livros didáticos, nem de uma educação mecânica, mas sim de um educar que desperte a ação do pensamento para o exercício da atividade humana, para que esse possa adentrar no universo como um agente pesquisador.

### **A Conquista do Letramento: sensibilizados pela arte de expressar o mundo**

O letramento é uma forma de alfabetizar e apresentar a leitura e escrita na EJA em um contexto formal e informal, almejando a compreensão do código e a sua decodificação. Segundo Klein (2003) os textos trabalhados na sala de aula estão graficamente corretos, no entanto com uma leitura pobre, uma vez que não partem da prática cotidiana. Isso impossibilita a utilização de recursos variados que permitem ao leitor realizar palavras soltas que não trazem nenhum significado.

Para Klein (2003, p. 26) “O letramento é, hoje, uma das condições necessárias para a realização do cidadão: ele o insere num circuito extremamente rico de informações, sem as quais nem poderia exercer livre e conscientemente sua vontade”.

Verifica-se que aprender a ler e escrever na EJA leva à ação de um aprendizado administrado, por intermédio da utilização de recursos didáticos. É no bojo das ideologias libertárias que a dimensão política da escola valoriza a sua heterogeneidade, tendo em vista que cada região tem seu dialeto, sua cultura e seus valores. Esses são os preceitos que o cenário na EJA percorre, trilhado na educação básica sobre os moldes da motivação.

O letramento é iniciado no momento em que o professor faz a utilização de instrumentos inovadores em sala, tais como: textos de revistas, jornais, poesias, poemas, entre outros, extraídos do contexto sociocultural do estudante. Assim, a aquisição do letramento vem conduzida

pela palavra que por sua vez é simbolizada por um significado: conscientização.

Na alfabetização inicial, os educandos não adquiriram a capacidade para ler e escrever, mas vale salientar que, segundo Klein (2003), na fase inicial da alfabetização de um adulto é fundamental que o educador apresente a leitura para o seu aluno, uma vez que por meio dessa apresentação o discente passa a ler e compreender a vida, mediante a linguagem escrita.

Ribeiro (2001, p. 77 e 78) enfatiza que "(...) a poesia é um texto excelente para ser trabalhado com os alunos em processo de alfabetização. A linguagem poética está presente na literatura popular, nos versos, nos cordéis e nas letras das canções, (...) oferecendo uma boa ponte entre a cultura oral e a escrita." Os gêneros poéticos contribuem para a formação do letramento, ofertando para os discentes valores, estímulos, aprimoramento do conhecimento, do léxico, além de desenvolver as habilidades para o reconhecimento e para a construção da ficha de descoberta. Assim, a poesia é uma excelente ferramenta que aproxima o adulto da linguagem escrita.

Os textos jornalísticos têm função primordial, informar sobre os acontecimentos da atualidade. Jornais e revistas são recursos didáticos fundamentais, certamente os materiais escritos de mais fácil acesso aos jovens e adultos fora da escola (...). É importante que os alunos se familiarizem com essa configuração dos jornais e revistas e por isso devemos levar para a sala de aula não apenas recortes de palavras ou textos, mas também exemplares inteiros. (RIBEIRO, 2001, p. 78).

Esses tipos de gêneros textuais representam uma linguagem jornalística oriunda do dia a dia da sociedade, proporcionando ao adulto um leque de aspectos gramaticais que o professor pode trabalhar em sala, para que o alunado aprenda a ler e escrever de forma prazerosa e intencional. As manchetes abordadas no ambiente escolar permitem selecionar os temas geradores para a alfabetização e para o letramento diante da problematização.

O currículo na educação acontece por meio da interpretação, ou seja, sensibilizados pela arte de expressar o mundo, os educandos conquistam o letramento. Freire (2003, p. 13 e 14) diz que na alfabetização de adultos "a leitura do mundo precede a leitura da palavra. (...) Primeiro, a 'leitura' do mundo, do pequeno mundo em que me movia; depois, a leitura da palavra que nem sempre, ao longo de minha escolarização, foi a leitura da 'palavramundo'".

A leitura na educação de adultos deve ser apresentada para que aprendam a ler e escrever, não basta apenas saber o código, o processo de letramento não se limita ao simples ato de reprodução, "EVA VIU A UVA, A ASA É DA AVE" (FREIRE, 2007, p. 54). Aprender a ler e escrever não está em fixar na memória as letras, mas está na reflexão com as palavras e sobre elas.

(...) Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente o próprio processo de

ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (...) é uma oportunidade para que (...) percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressa-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. (FREIRE, 2007, p. 59).

Entende-se que este método forma, a partir dessa proposta, sujeitos cidadãos conscientes de seu papel perante a sociedade. Mediante essa práxis, os alfabetizandos passam a dominar a leitura e a escrita, de modo que possam ler, compreender, interpretar e analisar a linguagem, para então codificá-la como forma de dominar as práticas sociais.

### Considerações Finais

A Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil no século XXI é um campo educacional que prima por uma práxis pedagógica inovadora e pela parceria da família na escola. Entretanto, esse segmento às vezes é conduzido de forma aleatória pela adoção de livros didáticos em virtude da rotina de trabalho. Na EJA é importante que o profissional da educação tenha em mente que não pode desenvolver esse ensino longe da realidade do aluno.

Klein (2003) sustenta que os conteúdos da língua escrita trabalhados na alfabetização e no letramento de adultos pressupõem certos recursos e articulações, nos quais a interpretação adotada para sala de aula não devem ser aleatória, mas precisam obedecer a certos princípios, como a valorização e a seleção prévia dos textos para se trabalhar com a turma. A aprendizagem da leitura e da escrita, desse ponto de vista, deve ser pautada pelo planejamento adequado, prévio e minucioso do professor.

A alfabetização e o letramento com o método Paulo Freire no âmbito da escolarização básica em Brasília acontecem no Cesas, no Celan, bem como na Casa Paulo Freire em São Sebastião. E, de acordo com a pesquisa realizada junto à SEEDF, cerca de 95% das escolas no Distrito Federal adota o método Paulo Freire como o fio condutor da aprendizagem na 1ª e 2ª etapas da EJA.

A pesquisa destacou que 94% dos educadores entrevistados admitiram que o método Paulo Freire influencia na qualidade de ensino no DF, uma vez que visa uma educação agregada à formação de sujeitos atuantes na produção da sabedoria, um fator essencial para a formação integral do educando. Entretanto, os dados registraram o índice de 6% no total de professores que atribuem a qualidade na escolarização de adultos integrada ao método Paulo Freire só acontecer porque atuam na formação de objetos passíveis de mudança. Notou-se que esse pensamento é conduzido por uma minoria que atua como professor da EJA, mas que apresentou uma carência em relação ao conhecimento dessa temática.

Atualmente, cerca de 90% dos educadores entrevistados caracterizam a inclusão do método Paulo Freire na escola de alfabetização de adultos no DF, devido a sua relevância na contribuição para a formação integral do educando,

desenvolvendo nesses a autonomia pautada pela educação libertadora e preparando esse ser para a vida, por meio da construção de uma consciência crítica.

A pesquisa aponta ainda que cerca de 10% dos professores veem a implantação desse sistema no ensino como contribuição parcial na formação do alfabetizando, sendo desenvolvida a educação por meio da memorização e repetição de palavras, influenciando para o desenvolvimento de uma consciência ingênua.

Segundo Freire (1996), para que haja a presença da autonomia na alfabetização de Jovens e Adultos é preciso semeá-la no educando. O alfabetizando é mais que um ser humano no mundo, é um cidadão que se faz presente no mundo, com o mundo e nas relações sociais com a sociedade. Formados para a autonomia, eles se reconhecem como presença no mundo, intervindo e transformando-o. E nessa relação conduzida pela autonomia e liberdade os educandos se formam na consciência crítica movida para o mundo.

A pesquisa demonstrou que a alfabetização de adultos no DF, aplicada através do método Paulo Freire, tem por objetivo atingir um dos pilares da Pedagogia Freiriana, visto que a educação conscientizadora alcançou um percentual de 57% na coleta de dados. Esses educadores veem o educando como sujeito da história. Desse modo, a tarefa do pedagogo como coadjuvante do processo de aprendizagem se realiza na simplicidade de sensibilizar os alfabetizandos como autores do saber, por meio do educar, para que possam se enriquecer na sabedoria do conhecimento movida por uma educação conscientizadora.

Sobretudo os índices de 43% e 13% demonstram o despreparo dos professores em sala de aula, que colocam que o método busca apenas alfabetizar “a grande família de oprimidos”. Desse modo, o ensino de adulto deve ser conduzido de forma a “transmitir e transferir o conhecimento” para o aluno, limitando a aprendizagem ao simples ato de memorizar as palavras apresentadas pelo docente.

Vale salientar que, no levantamento da pesquisa, 87% dos educadores entrevistados visualizam a Pedagogia Freiriana como uma ferramenta que desperta o educando para a práxis da leitura e escrita, influenciando no processo de ensino-aprendizagem do letramento e capacitando-o para codificar e decodificar a sua história de vida.

Segundo Pinto (2007, p. 61) “As concepções alienadas de educação têm precisamente caráter de alienação, porque concebem o educando como objeto, e por isso não reconhecem nele a dignidade de sujeito.” O autor enfatiza para a postura tomada pelo educador na sua práxis pedagógica, o adulto que se encontra no processo de alfabetização deve ser considerado como um sujeito cidadão que veio para a escola buscar a sedimentação do seu conhecimento, para que seja capaz de codificar e decodificar a linguagem de mundo expressada na formação da família de palavras.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Alfabetização de Jovens e Adultos é semeada hoje por uma educação realizada na problematização, permitindo que o educando seja guiado por desafios, levando-o a desvelar a sua realidade mergulhada na práxis da conscientização e autonomia, e que move o adulto

a ser transformado por uma educação libertadora. Contudo, isso é visto apenas em uma escola freiriana. E nas escolas públicas em geral, como ficam os estudantes?

Desenvolver esses pilares e atuar nesse segmento não é uma tarefa fácil, na medida em que o professor se encontra em uma diversidade de gêneros no âmbito escolar, e tendo que diversificar os recursos pedagógicos trabalhados em sala de aula como forma de atrair e atender ao público jovem e adulto. Todavia, para que haja a adoção de instrumentos diferenciados com o intuito de construir as práticas de leitura e escrita, primeiramente o educador – como um mediador que é – tem que valorizar o educando como sujeito adulto e não como uma criança ou um objeto na sala de aula. Para Gadotti e Romão (2002) Piaget já enfatizava que era o próprio sujeito que construía o seu conhecimento; o professor não alfabetiza o adulto, na medida em que é o mediador entre o aprendiz e a escrita, ou seja, entre o protagonista e o objeto.

O quadro educacional vivenciado no Distrito Federal é algo deliberadamente isolado diante da realidade no Brasil. Infelizmente as escolas públicas brasileiras ainda não estão verdadeiramente comprometidas com a educação; os professores chegam à sala de aula sufocados, estressados e cansados da dura rotina que tem, e acabam ministrando um ensino pobre. Daí pergunta-se: onde está o autor? É rebaixado ao papel de coadjuvante do processo de aprendizagem, não se pode vê-lo assumindo o berço escolar como protagonista.

Partindo desse contexto, propõe-se ao governo a mudança da sigla EJA, para que possa ser acrescentando a letra I, de idoso. Dados do IBGE (BRASIL, 2011) constataram que a cada dia vem crescendo o número de pessoas maiores de 60 anos no Brasil e, conseqüentemente, nas instituições de ensino. Não trata apenas de acrescentar uma simples letra, mas de causar uma mudança crítica na vida de milhões de estudantes, tendo em vista que remete a uma transformação, valorização e conscientização de que as pessoas idosas não só fazem parte, mas também são a sociedade do Brasil. E porque não? Um simples gesto pode mudar todo o pensar de uma nação, tanto no cunho político, social, cultural como no âmbito educacional.

O estudo, então, deixa o fio condutor para o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas direcionadas a esse público como forma de trabalhar as novas correntes direcionadas à tecnologia no processo de alfabetização e letramento na EJA. Espera-se que, diante do contexto histórico, a Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas brasileiras possa ter como referência não só no papel, mas também na prática curricular, o olhar do método Paulo Freire como o princípio para a autonomia, na medida em que ser alfabetizador é ser um pesquisador.

A educação abordada por esse olhar de Paulo Freire não trata apenas de humanizar o ensino na EJA, mas também de relacionar a teoria com a prática e, acima de tudo, retratar que alfabetizar não é apenas ensinar a ler e escrever o próprio nome. Para que esse processo ocorra de forma dinâmica na relação com o mundo, é preciso alfabetizar e letrar ao mesmo tempo, para que os alunos da EJA sejam capazes de codificar e decodificar a palavra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da Educação e da Pedagogia. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Método Paulo Freire. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Nacional, 23 Dez. 1996, Seção I, p. 27.833.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Nacional, 12 de agosto de 1971.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE: Censo Demográfico 2010 – Características da População e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.
- BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra; NASCIMENTO, Auricélia. In Ministério da Educação. Ensino Fundamental de Nove anos: Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade, 2ª ed., 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>. htm>. Acesso em 21 de março, 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ação Cultural para A Liberdade e outros escritos. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- \_\_\_\_\_. Conscientização: teoria e prática de libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. Educação como prática da liberdade. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários á Prática Educativa/ Paulo Freire. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Educação de jovens e adultos: Teoria, prática e proposta. 5ª ed. São Paulo: Cortez Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã, v.5).
- GADOTTI, Moacir. Paulo Freire Cinco anos depois: Um legado de esperança. Fórum Paulo Freire – III Encontro Internacional, 18 a 21 de set. 2002. Disponível em: [http://www.paulofreire.org/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigo-slt0052/PF\\_5\\_anos\\_depois\\_2002.pdf](http://www.paulofreire.org/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigo-slt0052/PF_5_anos_depois_2002.pdf). htm>. Acesso em 19 de setembro, 2012.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr. História da Educação Brasileira. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação Scielo. Rio de Janeiro, nº14, p. 108-130, mai/jun/jul/ago. 2000.
- KLEIN, Lúcia Regina. Alfabetização de jovens e adultos: Questões e propostas para a prática pedagógica na perspectiva histórica. Brasília: Universa, 2003.
- PILETTI, Claudino. Didática Geral. 23ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições Sobre Educação de Adultos. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- RIBEIRO, Vera Maria Masagão. Educação para jovens e adultos: Proposta Curricular – 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.
- SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. História da Educação: A escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.